

A questão Nambiquara

Funai x fazendeiros

Nesta briga, quem leva a pior são os índios do Vale do Guaporé

A Funai definiu, através de portarias recentemente publicadas no Diário Oficial da União, em 340.780 hectares a área destinada aos vários grupos indígenas conhecidos por Nambiquara, no Vale do Guaporé, na região noroeste de Mato Grosso. Embora não se conheça com exatidão os limites da reserva, uma coisa parece certa: a ampliação da reserva atende, à primeira vista, às reivindicações dos índios. Um indicador seguro para essa conclusão parece ser mesmo a revolta do grupo de latifundiários que saiu a campo, com unhas e dentes, tendo à frente do pelotão o reacionaríssimo secretário de Interior e Justiça do Estado, Domingos Sávio Brandão Lima, que, na tentativa de anular a medida da Funai, chegou a qualificar de "bolchevista" o art. 198, da Constituição Federal, além de colocar em dúvida a honorabilidade do atual presidente do órgão, coronel Paulo Leal, ao citar o ex-presidente Nobre da Veiga como "incorruptível", justamente por "ouvir antes as autoridades mato-grossenses".

A Funai, por sua vez, está sob fogo cruzado, posição aliás em que sempre esteve, tendo de um lado os interesses dos fazendeiros e da classe política de Mato Grosso (afinal índio não rende votos) e, de outro, o próprio Banco Mundial que exigiu da Funai a definição da reserva indígena dos Nambiquara como condição sine qua non para que um financiamento de muitos milhões de dólares fosse aprovado para a implantação do Polonoroeste e o asfaltamento da BR-364 — projetos que, mais uma vez, colocam em risco a sobrevivência dos vários grupos Nambiquara, submetidos a um processo de extermínio que tornam a sua situação um "caso de vergonha nacional e internacional".

Preocupado com "esses paquidermes, insensíveis ao genocídio a que foram submetidos, nas últimas décadas, os índios Nambiquara", o missionário jesuíta Antônio Iasi Jr., presidente do CDTI (Centro de Documentação Terra e Índio, com sede em Cuiabá) e ex-secretário-geral do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), expõe, nesta entrevista, as chagas do problema dos Nambiquara, com os quais mantém uma convivência já de longa data. Iasi revela também o processo de luta que culminou no envio ao Banco Mundial de amplo dossiê sobre os índios Nambiquara. Nesta mesma entrevista o missionário jesuíta acha que é chegada a hora de todas as pessoas e entidades comprometidas com a causa indígena estudarem uma forma de atuação, no sentido de apoiar a medida da Funai que ampliou para 340 mil hectares a

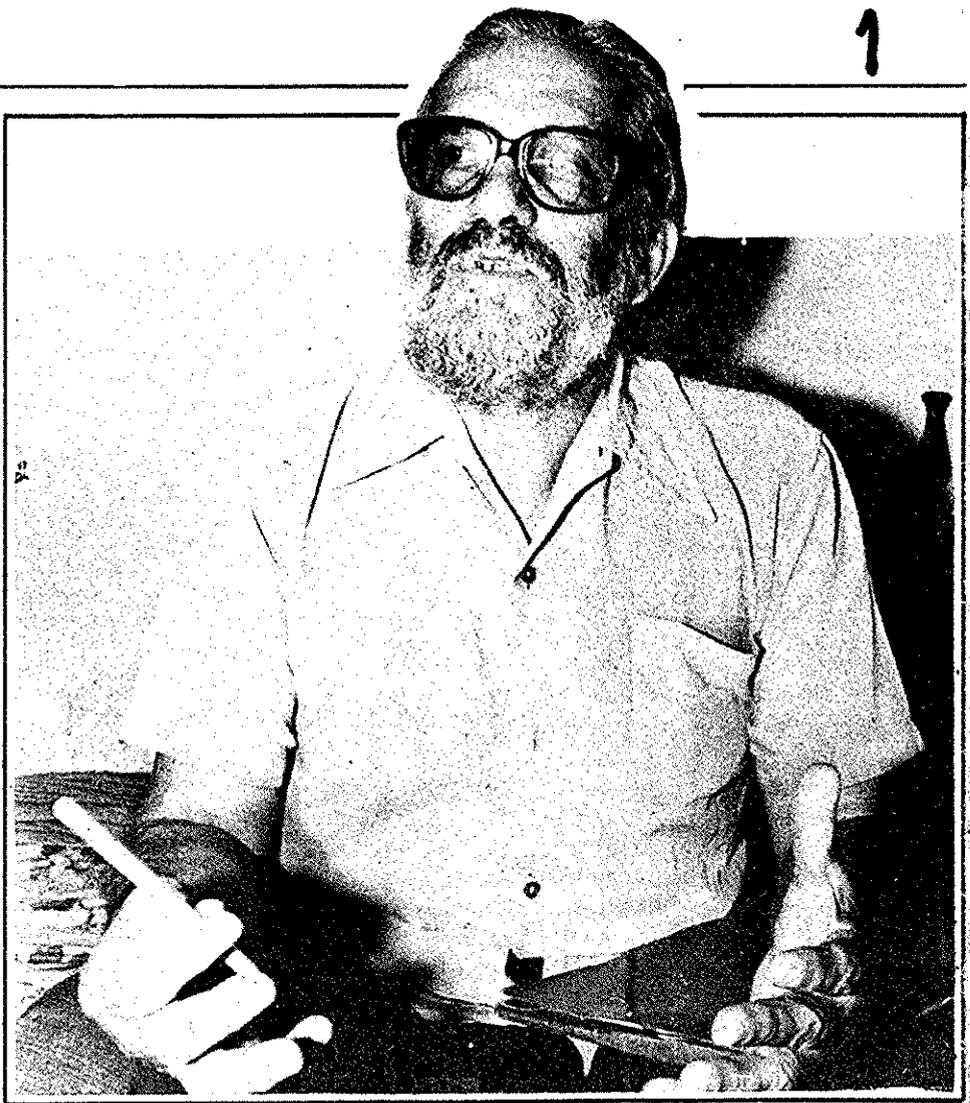
área dos Nambiquara. "É uma conquista de todas as entidades, do Grupo de Apoio aos Nambiquara, sertanistas, antropólogos e missionários, que deve ser mantida", defende Iasi, que considera a Funai um órgão "fraco politicamente" e que "pode capitular diante das terríveis pressões que se arquetetam aqui em Mato Grosso".

ESCALDADO — A criação, ou melhor, a ampliação da reserva indígena dos Nambiquaras no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, foi resultado do quê: de pressões do Banco Mundial, daquele trabalho desenvolvido pelas entidades e grupos de apoio à causa indígena ou foi por livre e espontânea vontade da Funai?

Pe. Iasi — Eu creio que essa medida tomada pelo atual presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, é consequência necessária do movimento de opinião pública desencadeado pelo grupo de apoio aos Nambiquara. Tivemos um imenso trabalho, em Brasília, para preparar o dossiê que foi enviado ao Banco Mundial e outras entidades, procurando por todos os meios possíveis informar a opinião pública nacional e internacional sobre esse assunto dos Nambiquara que já foi definido por antropólogos reunidos na própria Funai como "um caso de vergonha nacional". O que a Funai praticou de errado não tem qualificação. Agora é a reparação de um erro que já deveria ter sido feita há muito tempo.

ESCALDADO — Que erros o senhor aponta na questão Nambiquara como praticados pela Funai?

Pe. Iasi — Durante a gestão do general Bandeira de Mello, uma das piores que a Funai já teve, dezenas de certidões negativas foram fornecidas pelo próprio órgão, permitindo que fazendeiros se instalassem no Vale do Guaporé, especificamente nas terras dos grupos indígenas conhecidos como Nambiquara. Durante o Simpósio "Funai Missões Religiosas" em novembro de 1973, portanto na gestão de Bandeira de Mello, os missionários pediram explicações sobre a situação dos Nambiquara, pois havia naquele simpósio um grande silêncio, por assim dizer um pacto por parte da Funai, para não se falar dos Nambiquara. Então, nós nos propusemos a levantar tal problemática e, por incrível que pareça, o general Ismarth de Araujo Oliveira, superintendente da Funai, portanto



Pe. Iasi: 20 anos de luta pela causa indígena

o segundo homem depois de Bandeira de Mello, chegou a dizer, com certo cinismo, característica desses administradores da Funai, que não estava a par do que acontecia com os Nambiquara. Eu me lembro que, naquele momento, eu disse: "Isso é vergonhoso". É incrível como uma pessoa como V. Sa., superintendente e responsável atualmente pela presidência da Funai, não sabe o que está acontecendo com os Nambiquara". Como nós, missionários, queríamos abordar temas realmente de interesses das nações indígenas, retiramos do plenário em protesto contra a forma superficial que a Funai queria impor ao debate. Aí foi aquele bafafá.

"EM 73, DEU UM TREMENDO BAFAFÁ FALAR SOBRE OS NAMBIQUARA"

ESCALDADO — Iasi, há quanto tempo essa questão vem se arrastando?

Pe. Iasi — Quando o general Ismarth de Oliveira assumiu a presidência da Funai, tomou como ponto de honra resolver o problema dos Nambiquara, porque aquilo estava entravado na sua consciência. Então, o problema vem se arrastando de longa data. O que fez o Ismarth? Reuniu antropólogos não só da Funai, mas da Universidade de Brasília; Pedro Agostinho, da Universidade da Bahia e de outros lugares e chegaram à conclusão de que era preciso decretar uma reserva maior e não fazer pequenas ilhas. Mas o que aconteceu? As medidas não foram tomadas nem observadas, vieram novas propostas, enfim, vieram mais sete projetos para a área e esses sete projetos foram muito explorados pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, dizendo que

não seria possível tomar uma atitude quando havia muitos projetos diferentes, como disse aqui em Cuiabá, numa conferência para os adesguanos. Dizia ele, com uma certa ironia, que "com isso, não é possível tomar uma atitude, porque os grupos da Funai que vão à área cada uma propõe uma coisa diferente quando os acidentes geográficos não mudaram, enfim as áreas não mudaram e por quê mudaram as propostas. No entanto, sabe ele ou deveria saber muito bem, que se não mudaram os acidentes geográficos, os rios, mudaram, no entanto as pressões de fora quanto a uma proposta inicial ou mesmo a uma segunda terceira e quarta e a todas essas propostas o coronel Nobre da Veiga devia saber muito bem que se a Funai não pôde tomar uma atitude não foi porque havia vários projetos e várias propostas, e sim, porque as pressões eram muitas e, consequentemente, ele não tomou nenhuma medida na sua gestão. Ao contrário, ele achou que a lei que protege o índio, ou seja o art. 198 da Constituição, é muito dura e, por isso, tentou suavizá-la, como disse falando na Câmara Federal.

"COM A CONSCIÊNCIA PESADA. A FUNAI TENTA REPARAR UM ERRO"

ESCALDADO — O senhor já teve uma idéia se essa ampliação decretada pelo novo presidente da Funai realmente atende às reivindicações e às necessidades de sobrevivência do Nambiquara?

Pe. Iasi — Ainda não conseguiu calizar no mapa, porque só uma das portarias tem 125 pontos de anarração, partindo da confluência do rio Cabixi com o córrego sem nome. Su

Continua na página seguinte

ponho que seja uma das propostas feitas de interligar as diversas áreas já existentes no Vale Guaporé, onde habitam os diferentes grupos indígenas que se englobam sob o nome de Nambiquara. Parece-me que é uma tentativa de fazer um corredor em que os índios possam passar de uma área para outra sem sair de suas reservas, sem ter o inconveniente de ter de passar por dentro de fazendas. Além disso, criou mais uma pequena área que não podia ser ligada a esta que está ao sul para o grupo Sararé e outra lá em cima no antigo Posto Pirineus de Souza, ainda que dificilmente essa área seja mantida. Agora, eu tenho dúvidas dada a reação dos homens públicos sem consciência nenhuma, que estão expondo essas reservas de Brasília, as últimas existentes, à ganância dos latifundiários. Os paulistas, como dizia o Villas Boas, só entendem de parafusos e, no entanto, vêm aqui montar pecuárias no Vale do Guaporé, com incentivos fiscais. É de tal natureza o problema do Vale do Guaporé que se poderia dizer ser, mais ou menos, como o problema de toda a Amazônia. O Vale do Guaporé era uma área que devia ser preservada como parque nacional, dada a característica ecológica de todo o ambiente e não desmatar e fazer pastos, como o fizeram essas agropecuárias. O governo devia ter vergonha de não ter preservado uma área natural como essa e a Funai, mais ainda, não só vergonha, mas uma verdadeira culpa de ter fornecido mais de duas dezenas de certidões negativas como nós temos provas e podemos mostrar a qualquer hora. Já o denunciávamos, várias vezes inclusive, citando nomes de proprietários, números de processos, data de introdução, coordenadas geográficas. A Funai deve estar com a consciência pesada e o atual presidente está se sentindo no dever de resolver o problema. Porém, eu tenho minhas dúvidas de que a Funai consiga concretizar isso, dado que esses homens públicos que não têm a mínima consciência pública, visando apenas seus interesses particulares ou de terceiros, estão se mobilizando contra a reserva dos Nambiquara. Quando ouvimos um governador de Estado defender os seus latifundiários ou um Domingos Sávio atacar a Funai, que é um órgão federal, e atacar os índios, um patrimônio nacional, e sobretudo defender duas dezenas de latifundiários em detrimento de uma comunidade indígena, hoje reduzida a 600 membros, concluímos que esses homens públicos não têm consciência pública, não têm qualificações para ser representantes de uma nação que devia ser um país sério.

ESCALDADO — O delegado da Funai em Cuiabá declarou para um companheiro nosso que a criação de reserva indígena dos Nambiquara, conforme as portarias baixadas pelo órgão, foi exigência do Banco Mundial para liberar o financiamento para o asfaltamento da BR-364 e o Polonoroeste...

Pe. Iasi — O Banco Mundial teve que ceder muito, dadas as pressões que ele sofreu. Começou a ceder por mudar a diretriz da estrada, porque segundo o que ele tinha aprovado a princípio, a diretriz saía de Pontes e Lacerda, passava por Vila Bela e depois atravessava o Vale do Guaporé e seguia pela fronteira, voltava ao Guaporé e entrava em Rondônia, atendendo a finalidades sociais muito importantes, já que no limite do Estado de Rondônia há diversos projetos de colonização que poderiam ser beneficiados por essa estrada. O próprio Incri pensa fazer uma colonização à esquerda do Guaporé. A antiga capital de Mato Grosso seria beneficiada igualmente. Isso até por um dever histórico. Ao sudoeste de Vila Bela, existe a área da União, conhecida por Caslavasco, que também vai ser explorada por uma colonização e com a estrada passando por ali seria muito mais viável. Portanto, vê-se que o Banco Mundial teve que ceder, aceitando a atual diretriz da estrada.

ESCALDADO — Não totalmente, não de acordo com o ideal que seria o projeto...

Pe. Iasi — Pois é, ele já tinha aprovado. Agora teve que atender a interesses de fazendeiros que trouxeram uma estrada asfaltada até a porta de suas fazendas, ao lado de uma sede muito bem montada, um aeroporto construído, etc. com a conivência das autoridades públicas, como no caso do governador do Estado, do desembargador Domingos Sávio, ilustre desembargador, né? que atacou violentamente a Funai, a própria Constituição. Segundo me consta, ele teria enviado um telex ao ministro Andreazza, criticando o art. 198, da Constituição, chamando-o de "artigo bolchevista". Quando um homem colocado numa secretaria de Estado, desembargador, chama a constituição de "bolchevista", eu já não sei o que pensar; de maneira que não só os índios, mas 120 milhões de brasileiros estamos sujeitos ao critério desses homens públicos que temos por aí

"DESEMBARGADOR ACHA ART. 198, QUE PROTEGE O INDIÓ, "BOLCHEVISTA"

ESCALDADO — Iasi, você disse que teme pela não concretização da medida da Funai. A gente sabe que, por exemplo, a criação de reservas nas áreas dos Xavante tem sido sempre resultado de uma luta direta dos próprios índios Xavante que têm mais consciência de luta, reivindicando, pressionando. Em contrapartida, a gente não tem conhecimento do espírito de luta dos Nambiquara. Você acha que os Nambiquara estariam preparados para defender a sua terra?

Pe. Iasi — Eu creio que o Nambiquara, em questão de número e de preparação para enfrentar a sociedade envolvente, está totalmente des-

preparado. Nós precisaríamos era convidar os Xavante para ir amparar os Nambiquara para fazer alguma pressão pra que essa medida se concretize. Porque, ao contrário, eu já percebi que as firmas construtoras estão se instalando na área fazendo seus canteiros de obras, acampamentos. Eu visitei uma delas. Os índios Wasusu estão a apenas 10 quilômetros de um desses acampamentos e já estão participando das refeições com os peões, que são poucos no momento, mas que quando estiver em grande movimento de trabalho, vai haver mais de 500 trabalhadores em cada base dessas firmas. Conversei com alguns responsáveis, explicando que tipo de relacionamento o branco deve ter com o índio, para que possa causar o menos mal possível, ao mesmo tempo em que conversamos com os índios para que eles procurem se afastar dos acampamentos, porque ali eles vão pegar doenças e, de fato, o que pude constatar é que o número de enfermidades já está aumentando e é pequeno o número de trabalhadores que estão na área atualmente. Agora imagine quando houver milhares de trabalhadores que cada firma vai colocar. Vai ser aquela promiscuidade que já houve no passado, quando houve grupos indígenas que, para sobreviver, tiveram que viver da prostituição de suas mulheres, porque suas terras foram tomadas, suas roças destruídas, inclusive com o Tordon, o chamado "agente laranja". O Vale do Guaporé, onde habitam os Nambiquaras, está iminência de se tornar não só uma vergonha nacional, mas internacional, porque aí temos um Banco Mundial, apoiando essa desgraça, esse desastre. Estamos diante de uma fatalidade, por culpa dos nossos governadores e das pessoas públicas que não tem consciência pública. Veja por exemplo, o desembargador Domingos Sávio que afirma que aquela área está sendo destinada para apenas 130 e poucos índios. E quantos são os latifundiários que se dizem prejudicados pela medida da Funai?

ESCALDADO — Quantos são?

Pe. Iasi — 47, conforme uma lista que tenho comigo, lista essa que foi enviada pelo sr. José Edmundo Rodrigues. Então, quer dizer que 47 brasileiros, ou supostamente brasileiros, podem usufruir de uma imensa área e 130 brasileiros, segundo o sr. Domingos Sávio, não podem ter um mínimo dessas áreas. Mas não se trata de número. Trata-se de um direito adquirido, de um direito de posse. Por que o Brasil é grande? Devido ao "uti possedeti", quer dizer, vocês estão possuindo a terra e é por isso que o Brasil é grande. E agora o índio não pode possuir a pequena área dentro de tudo isso? No raciocínio desses homens não há mínima dimensão da pessoa, do povo. É por isso que o Brasil tem que ser administrado por homens que viessem do povo e não por "bíblicos", como todos que aí estão.

"A QUESTÃO NAMBIQUARA É AINDA UM CASO DE VERGONHA INTERNACIONAL"

ESCALDADO — No momento, Iasi, que papel você acha que deveria ser feito pelos grupos de apoio à causa indígena no tocante à questão Nambiquara? Que medidas concretas poderiam ser tomadas para que a Funai concretize as medidas que ampliam a reserva desses grupos indígenas, conhecidos por Nambiquara?

Pe. Iasi — Deveríamos dar todo apoio à Funai, porque eu considero a Funai um órgão politicamente fraco, muito vulnerável. Não tem força política para manter suas decisões. Isso a gente pode constatar através da história do órgão. Então acho vital dar todo apoio a ela neste momento. E, se se concretizar essa medida, acompanhar de perto para ver se de fato, na prática, não vai haver as célebres invasões de posseiros, se não vai haver aquela promiscuidade incriável de peões, de trabalhadores, exigir do Incri um trabalho de discriminação naquela área, porque até agora o Incri não fez nada nesse sentido. O que vai acontecer é que vão chegar posseiros, vai chegar gente de todo lado, fazendeiros vão defender muito bem as áreas deles e também não deles, como tem acontecido aqui em Mato Grosso. Inevitavelmente, esses posseiros vão acabar caindo nas terras indígenas, vão surgir problemas de invasões, de mortes.

ESCALDADO — Na prática, estamos diante da seguinte realidade: a Funai criou uma reserva que talvez não tenha condições de sustentar, devido às pressões desses grupos de fazendeiros, latifundiários, munidos com certidões negativas fornecidas pela própria Funai, com seus suntuosos projetos de colonização, sem contar ainda as invasões presumíveis de posseiros e, de outro lado, índios num estágio de consciência bastante primitivo, que não tem condições de defender suas terras, como é o caso dos Xavante que tem sabido garantir por conta própria suas reservas? Seria mais ou menos esse quadro?

Pe. Iasi — É, praticamente, é isso mesmo: as pressões de fora, a inocência do índio sobre os males que podem advir para ele e o fato de não ser somente uma estrada que vai penetrar naquela área porque as áreas já existentes estão todas invadidas por estradas de fazenda. Para chegar a uma aldeia, você tem que saber o nome de determinada fazenda (como se o índio fosse o invasor), e tomar a estrada da referida fazenda. Em suma no Vale do Guaporé nós estamos diante de um tremendo desastre ecológico, antropológico e social, cujo único responsável é esse governo comprometido com os grupos econômicos nacionais e internacionais